

Sumário

PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO 23

1. Histórico..... 23

▪ CAPÍTULO 2

CONTEXTO LEGISLATIVO 33

1. Cenário legislativo 33

2. Competência legislativa 34

3. Lei nº 14.133/2021..... 41

3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei..... 41

3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações 45

3.3. Regime de transição..... 48

4. Critérios transnacionais 54

5. Impacto da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro à nova Lei de Licitações..... 56

▪ CAPÍTULO 3

LICITAÇÃO..... 61

1. Conceito..... 61

2. Finalidade..... 61

3. Sujeitos à licitação..... 64

4. Incidência da lei	75
5. Princípios básicos	77
6. Os agentes públicos e as comissões de licitações.....	95
6.1. Agente de contratação.....	98
6.2. Comissão de contratação	100
6.3. Banca.....	101
6.4. Leiloeiro e pregoeiro.....	102
6.5. Das vedações dos agentes públicos	104
7. Modalidades	105
7.1. Concorrência	113
7.2. Concurso	115
7.3. Leilão	116
7.4. Pregão	123
7.5. Diálogos competitivos.....	127
7.6. Outras modalidades	134
8. Procedimento licitatório.....	135
8.1. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	135
8.1.1. Fase preparatória.....	135
8.1.2. Fase de divulgação do edital de licitação	152
8.1.3. Fase de apresentação de propostas e lances	154
8.1.4. Fase de julgamento	157
8.1.5. Fase de habilitação.....	165
8.1.6. Fase recursal.....	170
8.1.7. Fase de homologação	172
9. Procedimentos auxiliares	173
9.1. Credenciamento	173
9.2. Procedimento de pré-qualificação	177
9.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	178
9.4. Sistema de registros de preços	179
9.5. Registro cadastral	190
10. Algumas licitações.....	192
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	192
10.2. Licitações internas e internacionais.....	193
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	195
10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	200

10.5. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	202
10.6. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	212
10.7. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	219
10.8. Regime de aquisição no estado de calamidade pública	221
■ CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO DIRETA	225
1. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	225
2. Inexigibilidade	230
2.1. Pressupostos para a realização da licitação	231
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	233
2.2.1. Bem singular	233
2.2.2. Serviços singulares	234
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade.....	235
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	235
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	236
2.2.3.3. Setor artístico.....	244
2.2.3.4. Credenciamento.....	246
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel	246
3. Dispensa de licitação.....	247
3.1. Licitação dispensada	248
3.2. Licitação dispensável.....	251
■ CAPÍTULO 5	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	273
1. Conceito.....	273
2. Características.....	276
3. Formalismo.....	278
4. Cláusulas necessárias	287
5. Regime de execução	293
6. Garantia.....	296
7. Duração do contrato.....	300
8. Pagamentos devidos ao contratado	309
9. Cláusulas exorbitantes.....	321

10. Alteração contratual	329
10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	330
10.2. Alteração bilateral do contrato.....	334
10.2.1. Teoria da imprevisão	337
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	339
10.4. Matriz de alocação de riscos	341
11. Da execução do contrato e suas responsabilidades.....	343
12. Regras para entrega do objeto do contrato	350
13. Extinção do contrato administrativo.....	353
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	353
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	360
13.3. Das nulidades do contrato administrativo	364
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	366
14. Contratos em espécie	368
14.1. Contratos propriamente ditos	369
14.2. Contrato de concessão	371
14.2.1. Concessão comum de serviço público	372
14.2.1.1. Fundamento legal	372
14.2.1.2. Conceito.....	373
14.2.1.3. Poder concedente.....	374
14.2.1.4. O concessionário	378
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário	382
14.2.1.6. Natureza jurídica	385
14.2.1.7. Distinções.....	385
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	386
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	395
14.2.1.10. Formas de extinção	399
14.3. Parcerias do poder público com os particulares	402
14.3.1. Conceito.....	402
14.3.2. Legislação.....	403
14.3.3. Objetivos.....	406
14.3.4. Modalidades	406
14.3.5. Características.....	408
14.3.6. Diretrizes.....	410
14.3.7. Formalização da concessão especial	411

14.3.8. Vedações	418
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	419
14.4. Permissão de serviço público.....	423
14.4.1. Conceito e requisitos	423
14.4.2. A precariedade e a formalização	423
14.4.3. Principais diferenças	427
14.5. Contrato de gestão	428
15. Convênios e consórcios.....	432
16. Consórcios públicos.....	436
16.1. Objetivos	438
16.2. Formalização.....	440
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	444
16.4. Recursos financeiros.....	445
16.5. Alteração e extinção do consórcio público	446
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	447
18. Contrato público de solução inovadora (CPSI)	450

■ CAPÍTULO 6

IRREGULARIDADES E SANÇÕES	453
1. Das infrações e sanções administrativas	453
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	454
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	456
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011	457
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021	457
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93	462
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011	463
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	463
2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrati- vas.....	466

■ CAPÍTULO 7

RECURSO ADMINISTRATIVO	471
1. Recurso administrativo em sentido amplo	471
2. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021	473

▪ **CAPÍTULO 8****CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS** 477

1. A importância do controle 477
2. As linhas de defesa 478
3. Controle administrativo, legislativo e judicial 480
4. Controle interno e externo 481
5. Controle de legalidade 486
 - 5.1. A exigência de processo administrativo prévio 487
 - 5.2. Convalidação ou saneamento 489
 - 5.3. Estabilização de efeitos 490
6. O processo de controle 502

▪ **CAPÍTULO 9****RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA** 507

1. Responsabilidade civil 508
 - 1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas 513
 - 1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos 518
 - 1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos 525
 - 1.4. Parecerista jurídico 531
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 540
3. Da responsabilidade na lei nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações 565

PARTE II
DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ **CAPÍTULO 1****DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS** 593

1. Introdução 593
2. Justiça penal negociada e os crimes em licitações e contratos administrativos 597

3. Informante do bem ou “whistleblower”	608
4. Crimes em espécie	612
5. Pena de multa.....	670

PARTE III
QUADRO COMPARATIVO

QUADRO COMPARATIVO	675
---------------------------------	------------